



Resumo dos Relatórios das Representações CNC

Nº 112, Novembro 2016

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Presidente

Antonio Oliveira Santos

Chefe do Gabinete da Presidência

Lenoura Schmidt

Chefe da Assessoria de Gestão das Representações

Wany Liette Pasquarelli

Equipe

Cássia Marques

Cristiane Soares

Cristiano Costa

Eribelton Lima

Gláucia Souza

José da Silva

Juliane Alves

Mário Júnio

Vitor Hugo

Tels: (61) 3329-9539/66/47/81/40

Fax: (61) 3329-8292

E-mail: agr@cnc.org.br

www.cnc.org.br

Design gráfico

Assessoria de Comunicação

Revisão

Mára Bentes

Publicação Mensal

Brasília

SBN Quadra 1 Bloco B, nº 14, 15º ao 18º andar

Edifício Confederação Nacional do Comércio

CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500

E-mail: cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307

CEP: 20021-130

Tel.: (21) 3804-9200

Fax: (21) 2544-9279

E-mail: cncrj@cnc.org.br

www.cnc.org.br



Veja nesta edição

Comissão Nacional de incentivo à cultura reúne - se para a Análise de Projetos

Página 7

Trabalho infantil e aprendizagem são discutidos em reunião do Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional (FNAP).

Página 9

Conselho Consultivo da Empresa de Pesquisa Energética (Concepe) discute o aumento da participação de energias alternativas no mercado energético brasileiro.

Página 12

Apresentação de subsídios para aprimorar a regulamentação dos procedimentos tarifários para as distribuidoras de energia elétrica com contratos de concessão prorrogados.

Página 13

Entidade gestora apresenta Plano de Implantação da Logística Reversa de Lâmpadas na Fecomércio-SP.

Página 14

Seminário discute a Segurança no Trabalho com inflamáveis.

Página 16

Votos aprovados na 155ª Reunião Ordinária do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS)

Página 18

VII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) 2016.

Página 19

Brasil assume, em 2016, a presidência rotativa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Página 23

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti) apresenta eixos estratégicos e as ações que compõem o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.

Página 26

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) discute integração das políticas setoriais e transversais da pessoa com deficiência.

Página 28

Órgão

Ministério da Cultura (MinC)

Representação Efetiva

Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC)

Representante



1º Suplente

Gilberto Rodrigues Figueiredo

Assessor Técnico em Música

Sesc - Departamento Nacional

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no período de 8 a 10 de novembro de 2016

A Comissão é formada pelas bancadas de Música, Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual, Patrimônio, Humanidades e pela bancada do empresariado, que analisa projetos de Artes Integradas e Planos Anuais, cada uma das quais formada por três representantes da sociedade civil, que exercem os papéis de titular, 1º e 2º suplentes. Também integram a CNIC as seguintes instituições vinculadas ao Ministério da Cultura: Fundação Nacional de Artes (Funarte), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundação Cultural Palmares, Fundação Casa de Rui Barbosa e Secretaria do Audiovisual.

A principal atribuição da Comissão é analisar projetos que aspiram à chancela da Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet –, que chegam à CNIC após uma primeira análise realizada pelas instituições vinculadas ao MinC. Também é sua atribuição contribuir, por meio de debates e proposições, para o aprimoramento da legislação que baliza o fomento à produção cultural no País.

A reunião teve como pauta a análise de projetos culturais, sendo a plenária final realizada partir das 17 horas do dia 10.

Foram analisados pela Comissão 572 projetos, sendo 547 aprovados e 25 indeferidos.

As deliberações são pautadas nas finalidades e nos objetivos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, no conteúdo da Instrução Normativa 1/2013 do MinC, nas Súmulas da CNIC e em outros documentos relacionados ao tema. Cabe à bancada do empresariado analisar projetos que se caracterizam pela abordagem de mais de uma linguagem artística ou que tratem da conjunção de ações artísticas e de formação – formatos que não se enquadram nas bancadas que lidam com conteúdos específicos, como no caso de Artes Visuais, Audiovisual, Artes Cênicas, Música, Humanidades e Patrimônio.

Assim como no mês anterior, manteve-se um número bastante alto de projetos em pauta. Em comum acordo entre o comissariado e o MinC, visando não prejudicar o cronograma de captação dos proponentes, as análises foram

iniciadas antes mesmo do período das reuniões, de forma remota. No caso da bancada de empregadores, que analisa projetos que envolvem mais de uma área, essas análises remotas normalmente não são concluídas antes da reunião presencial devido à necessidade constante de comunicação com as outras bancadas. O trabalho antecipado contribuiu sobremaneira para que essa representação concluisse a análise de 82 projetos, dos quais destacam-se os mais expressivos:

Festival Baobá de Cultura Negra (Pronac 162166) – realizado na cidade de São Paulo, trata de programação envolvendo várias linguagens artísticas abordando a presença da cultura de matriz africana no Brasil; Plano Anual de Atividades e Manutenção Fundação Raimundo Fagner 2017 (Pronac 163750) – instituição sediada em Fortaleza e Orós, no Ceará, que desenvolve trabalho social oferecendo aulas de música e artes cênicas a crianças e jovens; Projeto Coração Cidadão - 9ª Edição 2017 (Pronac 163833) – realizado na cidade de Bento Gonçalves – RS, atua na área social oferecendo cursos de música e artes cênicas a crianças e jovens; Festival Cidade Azul (Pronac 163755) – realizado na cidade de São Paulo, trata da realização de programação cultural variada de abordagem ecológica, com vistas à sensibilização de pessoas para questões relacionadas aos rios que estão escondidos sob a cidade.

Além dos projetos em destaque, cabe ressaltar o grande número de ações relacionadas a atividades culturais inseridas em festejos natalinos – tradicionais em cidades de pequeno e médio porte – e relacionadas a desfiles de Carnaval.

Como ocorre anualmente nos últimos meses do ano, houve um grande número de instituições apresentando Planos Anuais – produto relacionado a entidades que desenvolvem ações ininterruptas, como museus, escolas de arte e projetos sociais. Nesses casos, é possível a inclusão, no orçamento, de custos relacionados à manutenção da entidade.

Foram 20 projetos encaminhados à plenária final, os quais, por sua complexidade e/ou alto custo, não recebem deliberação monocrática, ou cuja decisão do comissário contraria a do perito técnico da entidade vinculada responsável pela análise inicial. Quatro projetos foram encaminhados à plenária pelo representante da CNC.

As plenárias são transmitidas ao vivo, em áudio, através de link disponibilizado no site do Ministério da Cultura.

■ EDUCAÇÃO/CULTURA

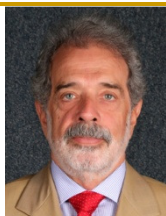
Órgão

Ministério do Trabalho (MT)

Representação Efetiva

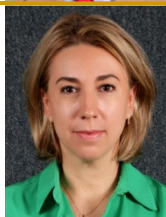
Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional (FNAP)

Representantes



Titular

Roberto Nogueira Ferreira
Consultor da Presidência da CNC



Suplente

Ana Paula Tomazzetti Urroz Maciel Pinheiro
Advogada
Divisão Jurídica da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 20 de setembro de 2016

A 2ª Reunião do FNAP teve a participação de representantes do Ministério do Trabalho (MT), Ministério Público do Trabalho (MPT), Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Ensino Social Profissionalizante (Espro), Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes (Febraeda), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Inspeção São João Bosco (ISJB), além da CNC, entidades da sociedade civil e auditores fiscais do Trabalho.

Na abertura, a mesa foi composta por Ronaldo Nogueira, ministro do Trabalho; Kátia Magalhães Arruda, ministra do Tribunal Superior do Trabalho; Jaime Nadal, representante da Fundação da População das Nações Unidas, e por Bruno Moreira Santos, secretário nacional de Juventude.

Jaime Nadal ressaltou a importância do investimento no capital humano, principalmente na juventude brasileira. Destacou que o Brasil possui uma geração preparada, formada por cidadãos ativos e que têm condição de mudar o País, desde que sejam ofertadas oportunidades e capacitações adequadas.

Bruno Moreira Santos enfatizou a necessidade de emancipação dos jovens. Afirmou que o governo, por meio de políticas públicas com parceria privada, precisa criar projetos que capacitem os jovens, garantindo oportunidades futuras.

A ministra do TST, Kátia Magalhães Arruda, que é coordenadora do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho, falou sobre a satisfação do TST em participar da reunião do FNAP. Destacou que não é possível falar em eficácia na aprendizagem sem falar em trabalho com objetivo e foco comum. Encerrou sua apresentação pontuando que a aprendizagem a partir dos 14 anos, vinculada à educação, é a melhor maneira de acabar com o trabalho infantil e precário dos jovens.

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, afirmou que os jovens e as pessoas portadoras de deficiência têm potencialidades extraordinárias e que os jovens não querem ser tutelados pelo Estado, mas sim capacitados, e almejam oportunidades. A eles, portanto, deve ser ofertado acesso aos programas de qualificação profissional.

O ministro disse ainda que a lei das cotas é uma das ferramentas para se alcançar um número maior de jovens, razão pela qual, dentre as ações previstas, está a realização de um trabalho de sensibilização do setor público para o cumprimento das cotas. Também serão intensificadas ações de erradicação do trabalho infantil, além de outras ações para melhorar o Brasil para as próximas gerações.

Na sequência, Tais Arruti Lyrio Lisboa, auditora fiscal do Trabalho, apresentou o Panorama Geral da Aprendizagem, destacando que o direito à profissionalização é constitucionalmente assegurado aos jovens e adolescentes, sendo a aprendizagem profissional um dos instrumentos capazes de garantir esse direito.

O foco da aprendizagem é o aprendiz e não a mão de obra barata. Ou seja, o empresário investe no aprendiz por razões sociais, destacou Tais Lisboa.

Higino Brito Vieira, representante do Ministério do Trabalho, expôs as atualizações e melhorias dos Arcos Ocupacionais, enfatizando a necessidade de se olhar para o que já existe de um novo prisma. Apresentou dados sobre o desemprego juvenil, demonstrando que a faixa etária entre 14 a 17 anos foi a que registrou maior aumento na taxa de desemprego no segundo trimestre de 2016. Ratificou ainda que a aprendizagem não é mão de obra barata e que as pessoas com deficiência também são contempladas com a lei da aprendizagem.

Indústria, agricultura, tecnologia e construção civil são exemplos de áreas em que se deve oferecer oportunidades na aprendizagem. “A aprendizagem não é custo, é investimento”, concluiu Higino Brito Vieira.

Maria Cláudia Falcão, representante da OIT, explanou sobre trabalho decente e trabalho infantil no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apresentando a agenda de desenvolvimento pós 2015, que guiará o desenvolvimento global após o fim do prazo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Maria Cláudia Falcão destacou o ODS 8, que visa promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo, e o trabalho decente para todos.

Uma das metas do ODS 8 é reduzir substancialmente, até 2020, a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação, finalizou Maria Cláudia Falcão.

Em seguida, houve uma apresentação do Instituto Cesar, que há mais de 15 anos atua na área de educação. Seu representante falou sobre a importância da expansão do tema tecnologia da informação na qualificação da juventude, com foco na aprendizagem profissional.

Após a aprovação da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do Tribunal Superior do Trabalho (TST), como membro permanente do FNAP, Marli Costa Pereira, auditora fiscal do trabalho, fez uma breve explanação sobre a Feira da Aprendizagem, cuja concepção foi da Coordenação Nacional da Aprendizagem do Ministério do Trabalho.

A realização da Feira da Aprendizagem, que ocorreu nos estados de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, foi motivada pela necessidade de levar a aprendizagem aos que têm menos oportunidades de entrar no mercado de trabalho formal, conforme explicou Marli Costa Pereira.

Dentre os desafios da Feira da Aprendizagem, estão cadastrar jovens candidatos à aprendizagem e sensibilizar empresas e a administração pública.

Isa de Oliveira, representante do FNPETI, apresentou dados sobre o trabalho infantil nos principais grupamentos de atividades, demonstrando que 30,8% das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalham na agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e aquicultura; 23,9% atuam na área do comércio e reparação; 13,9% em serviços de alojamento, alimentação, transporte, financeiros e imobiliários; 10,7% na indústria de transformação, extração mineral, petróleo, gás e eletricidade; 8,6% em atividades da administração pública, educação, saúde, serviços sociais, coletivos e pessoais; 6,9% na construção civil; e 5,2% em serviços domésticos.

Tais Arruti Lyrio Lisboa, auditora fiscal do trabalho, apresentou o Programa Estruturar, que visa à erradicação do trabalho de crianças e de adolescentes no Lixão da Estrutural, em Brasília (DF).

Ramon Santos, auditor fiscal do trabalho, apresentou resultados do Programa Jade Rio 2016, que contou com a participação de 455 jovens, entre 18 e 22 anos, com ensino médio completo e residentes na cidade do Rio de Janeiro.

O programa foi dividido em três fases, sendo a 1ª fase de 09/05 a 30/06, com 144 horas de teoria, ministrada pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ); a 2ª fase de 01/07 a 18/09, com 400 horas de prática, cumpridas na Rio 2016 (eventos testes, treinamentos, Olimpíadas e Jogos Paralímpicos); e a 3ª fase de 19/09 a 21/12, com 256 horas de teoria, ministrada pelo IFRJ.

Denise Natalina Brambilla Gonzales, auditora fiscal do Trabalho, abordou o tema cotas sociais, salientando que a reeducação dos adolescentes e jovens pode ocorrer por meio da música, do esporte, da elevação da escolaridade e da capacitação para o mundo do trabalho.

■ INFRAESTRUTURA

Órgão

Ministério de Minas e Energia (MME)

Representação Efetiva

Conselho Consultivo da Empresa de Pesquisa Energética (Concepe)

Representantes



Titular

Eduardo Cury Guimarães

Coordenador da Câmara Setorial de Materiais de Construção da Fecomércio-PR

(Compareceu)



Suplente

Rosimeire Cecília da Costa

Advogada Pública

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 24 de outubro de 2016

Durante a Reunião, foram feitas duas apresentações: uma sobre a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e outra sobre P&D Estratégico para o Aprimoramento do Ambiente de Negócios do Setor Elétrico Brasileiro.

A primeira apresentação ficou a cargo do novo presidente da EPE, Luis Augusto Barroso, que apresentou quais os novos rumos que a EPE seguirá doravante. Luiz Barroso é matemático, com doutorado em matemática aplicada (otimização) ao setor elétrico. Atualmente, é diretor executivo da PSR, consultoria na qual atua há cerca de 18 anos, liderando estudos de planejamento, regulação, finanças, gestão de riscos e comercialização de energia no Brasil e em mais de 30 países.

Foi discutido também o aumento da participação de energias alternativas no mercado energético brasileiro, que deve atingir 23% em alguns anos, sendo o restante majoritariamente oriundo de usinas hidroelétricas. Esse aumento de participação é devido principalmente à queda de preço da geração tanto de energia eólica quanto fotovoltaica.

Outro impacto é a discussão do preço do gás boliviano, que está atualmente com muita oferta, uma vez que o mercado argentino diminuiu seu consumo em virtude da exploração de um novo campo: Vaca Muerta (Patagônia).

A segunda apresentação, sobre a proposta de P&D Estratégico para o Aprimoramento do Ambiente de Negócios do Setor Elétrico Brasileiro, mostrou que os agentes do setor, reunidos em torno de suas 21 associações representativas, trabalham para compartilhar os objetivos comuns em contribuir para elaboração desse amplo estudo, que engloba: formação de preços, impactos na operação dos sistemas devido à entrada de novas fontes de energia

(alternativas), revisão na arquitetura no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), papel do mercado livre e papel do "novo consumidor".

Reunião de Atividade Correlata realizada no dia 26 de outubro de 2016

Durante a Reunião, foram apresentados subsídios para aprimorar a regulamentação dos procedimentos tarifários a serem adotados para as distribuidoras de energia elétrica que tiverem contratos de concessão prorrogados, conforme Decreto nº 8.461/15, bem como para aquelas que assinarem, por opção, o termo aditivo com as novas regras, de acordo com o Despacho nº 2.194/2016.

As distribuidoras apresentaram vários questionamentos com relação à nova fórmula de cálculo, que, resumidamente, seriam:

1. Receitas Irrecuperáveis - Estabelecer a neutralidade dos encargos.
2. Fator X ex-post - A solução pode ser uma alternativa no meio termo: estabelecer uma banda com limites para a variação do mercado. Excedidos estes limites, seria aplicado o Fator X ex-post. Dentro dos limites, não haveria recálculo do Fator X.
3. Atualização dos custos operacionais - Correção da distorção existente entre os custos operacionais vigentes ("ano teste") com valores de 12 meses anteriores e os valores da meta atualizada para o momento do evento tarifário.

MEIO AMBIENTE

Órgão

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Representação Efetiva

Acordo Setorial de Logística Reversa de Resíduos Sólidos - Lâmpadas

Representantes



Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues
2º Diretor Tesoureiro da CNC

(Compareceu)



Técnico

Cristiane de Souza Soares

Assessora

Assessoria de Gestão das Representações da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 24 de outubro de 2016

A representante da CNC, Cristiane Soares, explicou o objetivo da reunião, considerando que foram superadas as dificuldades para a regularização da entidade gestora (EG) junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e houve longa negociação junto ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) para que fosse editada uma norma que obrigasse os importadores de lâmpadas mercuriais a comprovar a sua regularidade referente à destinação ambientalmente adequada, conforme determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Segundo ela, havia chegado, portanto, o momento do modelo idealizado ser testado. Para isso, era preciso que os sindicatos contribuíssem com a comunicação a seus associados e, juntamente com a entidade gestora, indicassem pontos que pudessem ser avaliados para servirem como postos de entrega.

Em seguida, foi apresentada a estrutura da Reciclus, os produtos das consultorias contratadas e o que está sendo pensado para a implantação dos 60 pontos de entrega da cidade de São Paulo. Foi apresentada, em um mapa, a distribuição quantitativa de pontos pelos bairros, considerando os critérios de densidade populacional e consumo de energia, entre outros. Também foi mostrada a tela do software que será disponibilizado aos lojistas para que o coletor seja substituído quando atingir 80% da capacidade.

Durante a apresentação, o representante do Sindicato do Comércio Varejista de Material de Construção, Maquinismos, Ferragens, Tintas, Louças e Vidros

(Sincomavi) questionou a emissão de Nota Fiscal, que deveria ser substituída por uma Nota de Remessa. O representante da Reciclus informou que o coletor cheio será substituído por um vazio e que será uma Nota de Remessa do coletor.

Outra preocupação do Sincomavi foi quanto à informação ao consumidor sobre a quantidade de lâmpadas que ele tem direito a descartar por vez. O representante da entidade gestora informou que o sistema foi elaborado para atender ao consumidor doméstico, que no máximo poderá descartar cinco unidades por vez. Já os consumidores pessoa jurídica, por lei, devem elaborar seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e contratar empresas habilitadas para o descarte pós-consumo. Ele informou ainda que no 2º semestre de 2017 a Reciclus também deverá oferecer esse serviço aos grandes geradores.

O representante da EG explicou que haverá um contrato de adesão para que os varejistas possam integrar-se à EG. A representante da CNC informou que a minuta do termo foi encaminhada à Divisão Jurídica, que não identificou cláusulas danosas ao varejo, mas recomendou que o termo de adesão fosse separado do contrato de comodato. Cristiane Soares informou ainda que esses detalhes serão ajustados para que as empresas possam receber o documento.

Outro ponto levantado foi o formato e conteúdo do texto de comunicação que deverá ser fornecido aos sindicatos, cujos associados serão participantes do sistema de LR. Ficou acordado que a EG irá formatar um texto padrão que possa ser adaptado ao caminhar do contrato de adesão.

A EG comprometeu-se a encaminhar a atualização dos pontos que deverão ser instalados na cidade de São Paulo, a fim de que os sindicatos e a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) possam identificar as empresas que se enquadram nas condições requeridas para a instalação dos pontos de coleta.

Para isso, foi proposto que a Fecomércio-SP assumisse a articulação entre as entidades, a fim de facilitar a identificação dos pontos dentro da área de cobertura requerida pela EG.

■ RELAÇÕES DO TRABALHO

Órgão

Ministério do Trabalho (MT)

Representação Efetiva

Comissão Nacional Tripartite Temática da NR-20 (Líquidos Combustíveis e Inflamáveis)

Representante



Representante CNC

Bernadeth Macedo Vieira

Engenheira de Segurança do Trabalho

Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (ABAD)

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada nos dias 13 e 14 de outubro de 2016

O primeiro dia de reunião ocorreu durante seminário realizado no auditório da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), com a participação de todos os profissionais da segurança e demais envolvidos, tendo como objetivo discutir a segurança no trabalho com inflamáveis.

O seminário contou com participantes da Fundacentro – SP, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB-SP), da Agência Nacional do Petróleo (ANP-RJ), do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (SindiPetro - LP), e das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul (SRTE/RS) e Rio de Janeiro (SRTE/RJ).

Os temas abordados foram: acidente em terminal marítimo em Alemoa, em Santos (SP), em 2015; acidente fatal em navio plataforma em São Mateus (ES), em 2015; vazamento de gás liquefeito de petróleo (GLP) de grandes proporções em refinaria de petróleo no Rio Cubatão (SP), em 2016; acidentes com inflamáveis no período de 2014 a 2016 no Brasil; Norma Regulamentadora 20, revisada em 2012; Convenção OIT 174 sobre prevenção de grandes acidentes químicos e Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais (P2R2).

O segundo dia de reunião teve a seguinte pauta:

1 Debates sobre proposta de texto para o tema "Instalações com gases inflamáveis, que apenas consomem por meio de tubulações, não possuindo armazenamento"

Roque Puiatti pediu para a bancada patronal enviar sugestões de conteúdo. Os membros da bancada irão enviar as sugestões antes da próxima reunião, para que haja, por e-mail, troca de informações sobre a proposta que será apresentada.

Ele passou informações sobre o consumo médio por segmento e o consumo diário na Região de Porto Alegre, para referência.

Será elaborado um Anexo para ser incluído na NR 20 que contemple as especificidades deste setor, que não foi considerado no texto em vigor.

2 Informe sobre a reunião da Subcomissão EAD NR-20

Os representantes das bancadas apresentaram suas percepções individuais, havendo algumas ressalvas quanto ao controle da qualidade do ensino e à aceitação da ferramenta EAD. Roque Puatti informou que internamente o governo vem discutindo a possibilidade de estender o EAD para outras NRs. A ferramenta precisa ser regulada, uma vez que é uma tendência que não tem volta.

3 Debates para disciplinamento dos itens 20.7.5 e 20.7.5.1 (Efetivo)

O coordenador da bancada do governo, Roque Puiatti, informou que a NR 13 tem um modelo parametrizado para o dimensionamento do efetivo e que reconhece que no caso da NR 20 a questão é conceitual e cabe a cada empresa definir parâmetros.

Ele sugeriu que a Comissão defina critérios para incluir na seção Perguntas e Respostas disponível no site do Ministério.

A bancada sindical expôs o conhecimento que possui sobre os parâmetros utilizados pela Petrobras.

Roque Puiatti apresentou o modelo adotado pela NR 13 e a Portaria do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) nº 166/2015, que trata do aperfeiçoamento de certificação voluntária das empresas que participam do Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos (SPIE). Em seguida, apresentou os parâmetros adotados por uma empresa do setor petroquímico.

4 Atividades e eventos de 2016 relacionados à NR-20

Fernando Sobrinho apresentou os eventos realizados pela Fundacentro e a programação para 2017.

5 Propostas para Plano de Trabalho 2017

Ampliar o conteúdo de Perguntas e Respostas como ferramenta para esclarecer a NR 20.

Identificar alguém do setor de Telecomunicações para continuar o trabalho que vinha sendo feito por Pedro Paulo Marques para os tanques no interior de edifícios.

Os membros da Comissão deverão apresentar propostas na próxima reunião.

■ RELAÇÕES DO TRABALHO

Órgão

Ministério do Trabalho (MT)

Representação Efetiva

Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS)

Representantes



Titular

Abelardo Campoy Diaz

Consultor da Vice-Presidência de Habitação Econômica do Secovi - SP

(Compareceu)



Suplente

Cláudio Elias Conz

Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Materiais de Construção

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 25 Outubro de 2016

155ª Reunião Ordinária do CCFGTS

Assuntos Deliberados:

a) Voto nº 29/2016/MCidades - Propõe a aprovação dos Orçamentos Financeiro, Operacional e Econômico para o exercício de 2017 e do Orçamento Plurianual para o período de 2018-2020 do FGTS.

Aprovado.

b) Voto nº 32/2016/SECCFGTS - Propõe alterar a Resolução nº 794, de 2015, que aprova a composição do Comitê de Investimento do FI-FGTS.

Aprovado.

c) Voto nº 35/2016/CAIXA - Propõe o reinvestimento de recursos do FI-FGTS que foram objeto de desinvestimentos e retorno das aplicações no exercício de 2015.

Retirado de pauta.

■ RELAÇÕES DO TRABALHO

Órgão

Ministério do Trabalho (MT)

Representação Efetiva

Conselho Nacional de Imigração (CNIg)

Representantes



Titular

Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto

Chefe

Assessoria Junto ao Poder Executivo da CNC

(Compareceu)



Suplente

Roberto Luis Lopes Nogueira

Advogado

Divisão Sindical da CNC

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 4 de outubro de 2016

A VIII Reunião Ordinária de 2016 foi aberta pelo presidente do CNIg, Paulo Sérgio de Almeida, e prosseguiu com a aprovação da agenda provisória devidamente deliberada pelos conselheiros.

Logo após a abertura, ele deu início aos relatos dos Grupos de Trabalhos:

Análise do ingresso dos haitianos no Brasil - Renovação da RN 97/2012

Aprovação da Resolução Normativa nº 123, de 13 de setembro de 2016, que prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 181, de 20 de setembro de 2016, Seção I, página 41, reproduzida a seguir.

Conselho Nacional de Imigração

Despacho do Presidente

Em 19 de setembro de 2016

Resolução Normativa nº 123, de 13 de setembro de 2016

Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada, até 30 de outubro de 2017, a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Sérgio de Almeida

Na análise dos novos fluxos migratórios, comentou-se a saída de 30 a 40 imigrantes no mês de agosto pelas fronteiras terrestres no Acre, boa parte encaminhando-se para o Chile, país que já está se organizando para a recepção desses haitianos e também para desenvolver uma política migratória.

A Guiana Francesa recebeu por volta de 5.000 haitianos e seu Centro de Recepção de Imigrantes, em Caiena, está sendo organizado pela Cruz Vermelha.

O representante do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Rubens Gama, informou que a Embaixada dos Estados Unidos notificou o Itamaraty sobre casos de cerca de 20 haitianos com visto de permanência no Brasil que foram barrados nos Estados Unidos. Os haitianos foram encaminhados ao Centro de Acolhimento Americano.

Este tornou-se um assunto delicado entre Brasil e Estados Unidos, tendo em vista que o Brasil, em algum momento, terá que se posicionar sobre as deportações desses haitianos com vistos permanentes brasileiros. Os Estados Unidos poderão optar pela deportação para o Brasil. Em geral, a deportação é para o país de origem ou para o último país de onde o indivíduo saiu.

O embaixador Rubens Gama não vê muito sentido na deportação para o Brasil, salvo quando o deportado explicita essa vontade.

O presidente Paulo Sérgio de Almeida comunicou que a Defensoria Pública solicitou ao CNIg o visto permanente para aproximadamente 330 ganeses, ressaltando que já ocorreu situação semelhante anteriormente, portanto não teria sentido o CNIg negar.

Ele informou também que estes ganeses estão distribuídos igualmente em Criciúma (SC) e São Paulo (SP) e que este assunto entrará na pauta da próxima Reunião do Conselho, em novembro.

Organização do Fórum de Participação Social (FPS)

Os Conselheiros do CNIg Marjolaine do Canto, representante da CNC, e Rinaldo Almeida, representante do Ministério do Trabalho (MTb), foram convidados a participar do Fórum de Participação Social (FPS) como moderadores do Eixo I - Processo contínuo de construção da política migratória: diálogos entre o CNIg e sociedade civil.

Na reunião, foram definidas também as observadoras da sociedade civil Raissa Londero, representante do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), e Jobana Moya, representante da Warmis - Convergência das Culturas, além de um relator que poderá ser um representante do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) ou da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Esse Eixo tem como proposta assegurar o direito de participação social e política de migrantes e refugiados nos espaços e movimentos da sociedade, conforme legislação, convênios e outros protocolos oficiais. Essa participação se dá por meio da aceitação e facilitação do registro das associações de estrangeiros, tornando-as juridicamente legais.

A etapa virtual já conta com 426 participantes na plataforma de atuação, sugerindo temas relevantes às políticas públicas migratórias do CNIg.

Relembrando informações sobre o Fórum de Participação Social (FPS):

O Fórum de Participação Social foi instituído em 2015, mediante promulgação da Resolução Administrativa nº 11/2015 do Conselho Nacional de Imigração, como espaço consultivo para sugestões, propostas e formulação de políticas migratórias para o Conselho.

Seus objetivos são:

compartilhar os resultados da etapa virtual do I Diálogo do Fórum de Participação Social;

.colher subsídios, convergências e divergências sobre a agenda de migração e trabalho e seus desafios, a partir dos 7 eixos temáticos propostos pelo CNIg;

estimular que o encontro considere a multiplicidade das/os participantes através de uma metodologia participativa e inclusiva, que permita aos presentes contribuírem com os temas dos eixos de trabalho de maneira voluntária; e

orientar encaminhamentos sobre temas que não concernem ao CNIg.

Participantes:

Migrantes e coletivos de migrantes, organizações da sociedade civil, Ministério do Trabalho, Organização Internacional do Trabalho, Organismos Internacionais, Observatório das Migrações da Universidade de Brasília, Conselho Nacional de Migração, Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.

Eixos:

Eixo 1 - Processo contínuo de construção da política migratória: Diálogos entre o CNIg e a sociedade civil;

Eixo 2 - Atualização da política nacional de migração e proteção dos/as trabalhadores/as migrantes;

Eixo 3 - Direitos dos/as trabalhadores/as migrantes;

Eixo 4 - Recepção e Informação do/a trabalhador/a migrante.

Eixo 5 - Integração Sociolaboral: Qualificação Profissional; Acesso a mercado de trabalho; Documentação;

Eixo 6 - Diversidade e gênero na política de imigração laboral; e

Eixo 7 - Emigração e trabalhadores/as retornados/as.

Implementação dos resultados da pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)

O assunto foi retirado de pauta.

Transformação da condição migratória de estudante

Resumo das condicionantes elencadas sobre a transformação da condição migratória de estudante para visto temporário de trabalho:

No caso de trabalho e perda do emprego, haverá um prazo determinado para que seja conseguido outro emprego. Após esse prazo, a condição de estudante será perdida, sendo necessário solicitar novo visto de estudante;

Condicionar o tempo para solicitar a transformação da condição de estudante em temporário de trabalho a pelo menos um semestre de curso;

Condicionar a uma única graduação e ao prazo de curso;

Só será permitida a transformação para estrangeiros que entraram no Brasil na condição de estudante;

Poderá haver reversão uma única vez, se assim o estrangeiro quiser, não podendo mais solicitar transformação para o trabalho;

Condicionar a estudantes de graduação e pós-graduação;

O prazo máximo de transformação do curso deverá ser informado, não sendo possível fazer novo vestibular;

Incluir alunos do Programa de Estudantes - Convênio de Graduação (PEC-GP) e do Programa de Estudantes – Convênio de Pós-graduação (PEC-PG), especificando sua situação, tendo em vista que eles devem ir ao seu país de origem para receber seu diploma;

Os estudantes deverão manter vínculo com a instituição de ensino;

A cada prorrogação, o estrangeiro deverá apresentar as mesmas condições iniciais para a transformação;

A resolução deverá conter dois capítulos: para os estrangeiros que já terminaram o curso e para os estrangeiros que estão estudando e querem trabalhar;

Os requisitos deverão ser semelhantes aos do solicitante do visto de trabalho; e

Contrato de trabalho com prazo determinado e indeterminado estará limitado ao prazo do curso.

■ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Órgão

Ministério do Trabalho (MT)

Representação Efetiva

Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI)

Representantes



Titular

Darci Piana

Vice - Presidente Administrativo da CNC



Suplente

Roberto Luis Lopes Nogueira

Advogado

Divisão Sindical da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 25 de outubro de 2016

No dia 25/10/2016, no auditório do Ministério do Trabalho (MTb), em Brasília (DF), realizou-se a Reunião da Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI), em função da convocação feita pela Assessoria Internacional do MTE.

Pelos empregadores, estiveram presentes representantes da CNC, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) e Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Pelos trabalhadores, estiveram presentes representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e Central Geral de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Pelo governo, estiveram presentes representantes do Gabinete do Ministro (GM), Secretaria de Relações do Trabalho (SRT), Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) e Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes).

Como observadores, participaram representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A reunião foi aberta pelo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que agradeceu a presença de todos e ressaltou a importância dos trabalhos da CTRI, bem como do subsídio dado à delegação brasileira nas conferências da OIT com seus estudos e debates. Destacou que a questão da migração, embora não fizesse

parte da pauta da reunião, é tema bastante atual e que deve ser tratado por meio de políticas públicas. Disse ainda que ideologias políticas e religiosas não podem, em hipótese alguma, se sobrepor à vida, motivo pelo qual entende que o Brasil precisa protagonizar o debate sobre o tema. Finalizou agradecendo a atenção de todos e retirou-se em função de outro compromisso.

Ney Canani, do Gabinete do Ministro, passou a coordenar os trabalhos da reunião, conforme a pauta previamente distribuída para os representantes da CTRI. A seguir, estão os principais pontos abordados.

1. Portaria atualizada com os membros da CTRI

A Portaria que designou os membros da CTRI é de 2004 e deverá ser refeita, pois ocorreram mudanças no âmbito do governo, sem contar o fato de que alguns nomes não mais a integram. Nesse contexto, faz-se necessária sua atualização. Foi distribuída listagem com nominata dos atuais integrantes para conferência e eventuais alterações/retificações pelas entidades até o dia 4 de novembro de 2016, pois servirá para que nova Portaria seja publicada.

2. 105ª Conferência da OIT

O coordenador informou que já estão disponíveis os Relatórios no site da OIT e que foram definidos os temas da próxima Conferência, em 2017: trabalho decente para a paz, seguridade e resiliência frente aos desastres; princípios e direitos fundamentais no trabalho, com ênfase de sua aplicação na Declaração sobre Justiça Social.

3. Projeto de Recomendação sobre Emprego e Trabalho Decente para a Paz e Resiliência

Foi encaminhado para os integrantes da CTRI o projeto de Recomendação sobre Emprego e Trabalho Decente para a Paz e a Resiliência, elaborado pelo Secretariado da Organização Internacional do Trabalho (OIT) com base nas discussões mantidas durante a 105ª da Conferência Internacional do Trabalho.

O coordenador informou que o projeto final da Recomendação será submetido à aprovação da 106ª Conferência Internacional do Trabalho para revisão da Recomendação nº 71, relativa à Organização do Emprego (Transição da Guerra à Paz), de 1944, por isso reiterou o pedido de que as bancadas remetessem seus comentários ao projeto, até o dia 4 de novembro. Salientou que é importante que cada bancada se manifeste se está de acordo com a utilização do texto proposto como base para a segunda rodada de discussões, na próxima Conferência (junho de 2017). Finalmente, como de praxe, os comentários de representantes do governo, trabalhadores e empregadores serão enviados à OIT juntos, porém de forma individualizada.

Seguindo a dinâmica utilizada pela CTRI, acordada por todos, será formado Grupo de Trabalho (GT) que analisará o projeto final de Recomendação da OIT, a ser publicado, provavelmente, por volta de março de 2017, motivo pelo qual cada entidade deverá encaminhar, na mesma data, indicação de dois membros (um titular e um suplente) para compor o GT.

4. Conveniência de Mecanismo tripartite *ad hoc* para tratar de reclamações à OIT

Foi mencionada a necessidade de se instituir, quando necessário, esse mecanismo *ad hoc* para discutir temas que porventura fundamentem reclamação ao Departamento de Normas da OIT sustentando que o Estado brasileiro desrespeita algumas das convenções da OIT. Esse mecanismo serviria para colocar em discussão e, se for o caso, obter consenso para a retirada da reclamação ou outra deliberação. A bancada dos empregadores concordou com a proposta, ressaltando que sempre deverá ser respeitado o tripartismo, assim como observada a flexibilidade da agenda em função dos inúmeros compromissos já assumidos pelos representantes das confederações patronais. A bancada dos trabalhadores também concordou com as ponderações dos empregadores e não objetou quanto à formação do mecanismo.

5. Evento sobre estudo da OIT "Soluciones eficazes: Políticas Ativas do Mercado de Trabalho na América Latina e Caribe"

A OIT sediará no dia 22 de novembro, em Brasília, evento tripartite para discutir estudo realizado por dois de seus especialistas sobre as experiências exitosas de políticas ativas de mercado de trabalho na América Latina e no Caribe. O governo entende que o tema é relevante e que deveria ser replicado no Brasil, realizando estudo semelhante e específico para o mercado de trabalho nacional.

Antes do encerramento da reunião, foram apresentados informes sobre Grupo dos 20 (G20), BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e Organização dos Estados Americanos (OEA), destacando-se o fato de que o Brasil assume, em 2016, a presidência rotativa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) por um período de dois anos.

O coordenador Ney Canani esclareceu que a presidência brasileira na CPLP buscará desenvolver temas relacionados à geração de empregos promovida por um cenário econômico de crescimento sustentável, à formalização do mercado de trabalho, à busca de níveis mais altos de produtividade e à ampliação dos serviços públicos essenciais. Nesse sentido, o MTb desenvolverá Plano de Trabalho contemplando suas diversas áreas de atuação.

■ RESPONSABILIDADE SOCIAL

Órgão

Ministério do Trabalho (MT)

Representação Efetiva

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti)

Representantes



Titular

Rejane de Souza Leite

Gerente de Implementação e Integração do Senac/Departamento Nacional



1º Suplente

Mônica Vilas Bôas Paúra

Gerência de Implementação e Integração do Senac/Departamento Nacional

(Compareceu)



2º Suplente

Antônio Lisboa Cardoso

Advogado

Divisão Sindical da CNC

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 27 de outubro de 2016

A Reunião foi realizada no Ministério do Trabalho, em Brasília, tendo como principais pontos:

Apresentação da nova coordenadora da Conaeti, Marinalva Cardoso Dantas, que falou com os presentes e apresentou os integrantes da sua equipe.

Revisão do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente

Apresentação da nova estrutura do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, uma construção conjunta entre os membros da subcomissão de mesmo nome e a antiga Coordenação da Conaeti, realizada em reuniões ocorridas ao longo de 2016. Também foram apresentados os eixos estratégicos e as ações que compõem o plano.

Devido à discordância quanto ao esboço apresentado, a subcomissão e seus novos coordenadores optaram por desconstruir a matriz proposta, culminando com a mudança dos nomes dos eixos estratégicos e a readequação das ações propostas.

Readequação da agenda de trabalho da subcomissão e da Conaeti

A subcomissão e sua coordenadora optaram por agendar uma nova reunião para início de dezembro (data a confirmar) para tratar deste tema.

Encaminhamentos:

Envio aos membros da subcomissão, via e-mail, da nova estrutura do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, para contribuições e posterior consolidação por parte dos novos coordenadores.

Agendamento de nova reunião, em dezembro de 2016, para apresentação e ajustes dos dados consolidados do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.

■ RESPONSABILIDADE SOCIAL

Órgão

Presidência da República (PR)

Representação Efetiva

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade)

Representantes



Titular

Alexandre Sampaio de Abreu
Diretor da CNC



Suplente

Janilton Fernandes Lima
Advogado
Divisão Jurídica da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada nos dias 17 a 19 de outubro de 2016

A eleição para o Conade foi o tema básico da reunião. Na próxima gestão, a vaga da Presidência caberá ao governo. Com isso, a atuação do Conselho vai ser focada na cobrança da fiscalização da Lei de Cotas de contratação de deficientes e de acessibilidade no setor de turismo.

Os relatórios das Comissões apontaram quais atos devem ser implementados para garantir as decisões da IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Foi apresentada pela equipe do Ministério do Planejamento a ferramenta VLIBRAS, que permite comunicação com pessoas surdas, já em uso em aeroportos.

O Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência apresentou estudo apontando que a nova forma de avaliação poderá fazer com que muitas pessoas com deficiência deixem de receber benefícios.

Com o título de integração das Políticas Setoriais e Transversais da Pessoa com Deficiência: construindo relações com Colegiados Nacionais, ocorrerá união de agendas com o Conselho do Idoso, Conselho da Criança e segmento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT), visando cobrar da sociedade e das empresas os direitos destes segmentos.

A conselheira Fernanda Maria di Cavalcanti ressaltou que a inserção de pessoa com deficiência no mercado de trabalho será um tema a ser intensificado em

2017, em função do relatório Balanço sobre a Inserção de Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho apresentado por Sonia Levi, representante da OIT.